

**VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA  
AGRÁRIA – UESB/UESC  
JURA 2022**

---

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ARTICULADAS À  
PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: UMA ANÁLISE DAS ESCOLAS  
QUILOMBOLAS EM BOM JESUS DA LAPA – BA.**

*Auzineide Rosa Silva Pessoa*

**Resumo**

O presente estudo faz uso do método do Materialismo Histórico Dialético (MHD), tem como objetivo investigar as políticas públicas de Educação Ambiental (EA) articuladas à Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) nas escolas quilombolas de Bom Jesus da Lapa — Bahia. Para tanto, foram elencados os seguintes objetivos específicos: identificar as contradições existentes entre as políticas públicas de Educação Ambiental (EA) em sua articulação com a Pedagogia Histórico-Crítica, adotada pelas escolas quilombolas em Bom Jesus da Lapa; analisar as condições apresentadas aos gestores e professores para abordar as Políticas Públicas de EA, atrelada à PHC nessas escolas; averiguar como as políticas de Educação Ambiental se materializam nas escolas quilombolas de Bom Jesus da Lapa e a sua interlocução com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC); mapear ações sustentáveis desenvolvidas pelas escolas quilombolas pesquisadas que evidenciam a relação entre a implementação da proposta da PHC e a EA. Para tanto, a pesquisadora fez uso das leituras de Marx (2011), Kosik (1976), Cheptulin (2004), Azevedo (2004), Saviani (2007), Duarte (2013), Malanchen (2016) Gadotti (2000), Gomes (2006) entre outros.

**Palavras-chaves:** Educação Ambiental; Educação Quilombola; Pedagogia Histórico-Crítica; Políticas Públicas.

**Introdução**

A dissertação, intitulada Políticas Públicas de Educação Ambiental Articuladas à Pedagogia Histórico-Crítica: Uma Análise das Escolas Quilombolas em Bom Jesus da Lapa — Ba, da autora **Queiziane Martins da Cruz**, apresenta o resultado de uma pesquisa desenvolvida no município de Bom Jesus da Lapa, Bahia, o qual está centrado no Território de Identidade Velho Chico (TVC)<sup>1</sup>, na região Oeste do Estado. A pesquisa visa a discutir o problema das Políticas Públicas de Educação Ambiental articuladas à perspectiva pedagógica da Pedagogia Histórico Crítica (PHC) nas Escolas quilombolas do referido município. Segundo a autora, esse trabalho se constitui como parte de um projeto de pesquisa mais amplo, denominado Projeto Guarda-chuva, desenvolvido pelo grupo de pesquisa Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo da Cidade (GPEMDECC), intitulado Políticas Educacionais do Plano de Ações Articuladas (PAR) e a Base Nacional Comum Curricular

# VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA – UESB/UESC JURA 2022

---

(BNCC) em municípios da Bahia: desafios e perspectivas, aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), com o CAEE nº 20028619.8.0000.0055, sob o parecer nº 3.589.766.

## **1. Abordagem Metodológica: Materialismo Histórico Dialético**

Conforme a pesquisadora, nesse capítulo tem como princípio basilar apresentar o referencial teórico-metodológico que direciona nossa pesquisa, partindo da conceituação do método, discorreremos sobre o método histórico-dialético e as categorias centrais da dialética. Ainda neste capítulo, apresentamos os procedimentos metodológicos escolhidos para operacionalizar a pesquisa, bem como os sujeitos, os instrumentos de coleta de dados e as categorias de análise. Para Saviani (2011, p. 120), discutir o método na perspectiva dialética é fundamental para compreender a totalidade. Segundo a autora, o método de Marx é abordado por Saviani em sua elaboração do método de ensino, conforme ele próprio registrou. Desta forma, a nossa pesquisa será orientada pela metodologia do Materialismo Histórico Dialético que contribui para a compreensão da essência da realidade, a qual está para além da aparência, partindo da historicidade, do todo, da totalidade, do global para o específico.

## **2. Desenvolvimento**

No segundo capítulo, a autora faz uma abordagem sobre as Políticas Públicas de Educação Ambiental, as legislações educacionais anteriores a BNCC, especialmente a LDBEN, a DCN, o Plano Municipal de Educação de Bom Jesus da Lapa e Referencial Curricular Municipal. A partir dos gráficos apresentados nesse capítulo, observa-se que o município não teve uma melhoria satisfatória no IDEB. Ficou constatado também nessa pesquisa as melhorias das estruturas físicas das escolas quilombolas devido aos avanços das políticas e programas do Plano de Ações Articuladas (PAR), e cinco delas têm o padrão MEC4 e Fundação Palmares em 2012. Essa nova infraestrutura das escolas quilombolas está relacionada à dimensão 4 do PAR: Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos. É oportuno salientar que neste capítulo destacamos um breve contexto histórico de Educação Ambiental, desde o início da década de

**VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA  
AGRÁRIA – UESB/UESC  
JURA 2022**

---

1970, quando houve uma mobilização acentuada dos movimentos sociais e ambientalistas relacionados às questões do meio ambiente.

### **3. Concepções de Estado e Políticas Públicas de Educação**

A autora Queiziane Cruz discorre nesse capítulo o surgimento do Estado e algumas das políticas públicas educacionais por ele desenvolvidas. Para isso, foram utilizados estudos com base em teóricos marxistas os quais são fontes para essa pesquisa. Além da concepção sobre o Estado, esse capítulo também apresenta as políticas adotadas pelo Estado brasileiro, a partir da década de 1990, com a redefinição do seu papel, passando a funcionar como gerenciador, financiador e avaliador, transferindo responsabilidades para os entes federados que passam a assumir a execução das políticas públicas, como acontece no município de Bom Jesus da Lapa – Bahia.

### **4. Educação Ambiental como Política Pública**

Nesse capítulo, a autora aborda o arcabouço legal relativo às políticas e educação ambiental, assim como as políticas do plano de ações articuladas. A mesma afirma que no contexto internacional das Políticas de Educação Ambiental, nota-se que elas surgiram em razão de demandas e de lutas dos movimentos sociais. O termo Educação Ambiental foi adotado pela primeira vez em 1965, em um evento de educação promovido pela Universidade de Keele, no Reino Unido. Tornou-se um campo específico em 1975, no Seminário Internacional de Educação Ambiental, em Belgrado/Yugoslávia. Desde então, importantes encontros mundiais têm discutido ações em defesa do meio ambiente, e, em todos eles, o reconhecimento da importância da Educação Ambiental consta das suas recomendações. Dispositivos legais foram também elaborados para garantir o desenvolvimento da Educação Ambiental em nível local, nacional e internacional. Entretanto, de acordo com a pesquisadora, o governo federal Jair Messias Bolsonaro instituiu e revogou uma série de decretos, portarias e leis de Educação Ambiental ou de Meio Ambiente que promoveu desmantelamento das políticas ambientais com consequências graves em relação a nossa biodiversidade, a proteção das florestas.

## **5 Educação Escolar Quilombola e os Quilombos: o protagonismo dos movimentos sociais quilombolas**

Nesse capítulo quinto, a autora apresenta à influência do Movimento Negro Educador, as modificações do termo quilombo da modalidade Educação Escolar Quilombola. Segundo a pesquisadora, a Educação Escolar Quilombola (EEQ) surge devido às pressões dos Movimentos Sociais e de forma particular ao Movimento Negro Unificado, do Movimento Quilombola dentro de um contexto histórico de lutas e de desejos por uma educação que respeitasse as especificidades dos povos do quilombolas, ribeirinhos e de comunidades tradicionais e, principalmente, que levasse em consideração os princípios constitucionais que regem a educação básica brasileira para escolas quilombolas e, também, para as demais escolas que atendem estudantes originários de territórios quilombolas.

## **6 Reflexões sobre Educação Ambiental nas escolas**

A pesquisadora apresenta os resultados da pesquisa por meio de gráficos dos questionários e entrevistas. A mesma destaca que por intermédio da análise das entrevistas foi possível estabelecer cinco categorizações que foram recorrentes em praticamente todas as falas dos sujeitos pesquisados. Segundo a autora, convém salientar que as categorias, conforme expõe Cheptulin (1982, p. 141) “refletem as particularidades dos estágios do conhecimento no próprio momento em que em que elas se formam e por meio de relações necessárias surgidas entre elas”. As categorias refletem, de uma maneira ou de outra, as leis do funcionamento e do desenvolvimento da atividade prática. Portanto, uma ação coletiva e institucional é composta por quatro pólos: práxis educativa, gestão democrática, espaço físico e comunidade que se inter-relacionam para garantir o que é o epistemológico ou dos conteúdos educativos.

De acordo com a pesquisadora, os técnicos da SEMED compreendem a proposta de Educação Ambiental entrelaçada com a PHC, também, com a questão quilombola. Porém, através das entrevistas, a autora nota as contradições no universo da educação capitalista e um descompasso entre as orientações da BNCC e os documentos locais como DCRB. Percebe-se, nas falas das interlocutoras, que é necessário avançar nos estudos da BNCC, bem como nas propostas dos documentos oficiais sobre Educação Ambiental.

## **Considerações Finais**

## VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA – UESB/UESC JURA 2022

---

Conforme a autora nota-se muitos retrocessos nas políticas públicas de Educação Ambiental na esfera federal, estadual e municipal. Embora se perceba avanços nas ações e mobilizações das escolas. Observamos, também, que, no município de Bom Jesus da Lapa, as escolas quilombolas acolhem diversos programas de Educação Ambiental sobre os quais construímos tabelas com os referidos programas e ações municipais de relevância socioambiental.

O estudo identificou a necessidade de aprofundar os conceitos teóricos da Pedagogia Histórico-Crítica, ainda, destacar a necessidade de algumas intervenções a fim de garantir sua efetivação na rede municipal, como: fortalecimento da oferta de formação continuada em parceria com a universidade voltada ao estudo teórico da PHC; criação de grupos de estudos em todas as escolas municipais, os quais contem com apoio do Grupo História, Sociedade e Educação da UESB (HISTEDBR) para essa ação; aquisição e disponibilização de obras sobre a temática para os docentes; criação de políticas de incentivo à participação de professores da rede municipal em mestrados e doutorados.

Diante dos dados coletados e analisados, podemos dizer que a prática educativa ambiental na BNCC parece ter sido deixada de lado, mas continua viva nas escolas. Em síntese, a EA, que podemos chamar de histórico-crítica, discute sua inserção na escola voltada para o processo de formação plena de indivíduos singulares que, ao se apropriarem criticamente dos elementos da cultura, em especial no que diz respeito às relações das sociedades com o ambiente em que vivem, têm condições objetivas de se formarem para uma prática social transformadora. A PHC traz, então, entre outras contribuições, a necessidade de a EA escolar resgatar a importância dos conteúdos curriculares em seu processo educativo, propondo, inclusive, um caminho metodológico para isso.

Por fim, a autora manifesta o desprezo à necropolítica em curso, aos ataques e retrocessos das políticas públicas em defesa e gestão do meio ambiente no país. Fiquemos atentos e resistentes porque o desmonte das políticas públicas de Educação Ambiental e outros retrocessos na educação continuam.

**VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA  
AGRÁRIA – UESB/UESC  
JURA 2022**

---

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CRUZ, Queiziane Martins. **Políticas Públicas de Educação Ambiental Articuladas à Pedagogia Histórico-Crítica: Uma Análise das Escolas Quilombolas em Bom Jesus da Lapa — BA**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB): Vitória da Conquista, 2022.

CHEPTULIN, Alexandre. **A Dialética Materialista: Categoria e Leis da Dialética**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

SAVIANI, Dermeval. Antecedentes, origem e desenvolvimento da pedagogia histórico crítica. In.: MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão (org.). **Pedagogia Histórico-Crítica: 30 anos**. Campinas: Autores Associados, 2011b.

**SOBRE A AUTORA**

***Auzineide Rosa Silva Pessoa***

Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Pós Graduada em Educação Ambiental promovido pelas Faculdades Integradas Ipitanga – UNIBAHIA. Especialista em Educação Especial e Inclusiva pelo Instituto Centro Científico Conhecer. Membro do GEPEMDECC – Grupo de Estudos em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade. Professora da rede Municipal de Tanhaçu e Ituaçu. E-mail: [auzineidegeo@gmail.com](mailto:auzineidegeo@gmail.com).